

Análise da população escolar do Ensino Secundário nos Açores (2000-2006)

Gilberta Pavão Nunes Rocha

Eduardo Ferreira

Introdução

Pretende-se neste artigo fazer uma breve análise da população do Ensino Secundário nos Açores, em especial do seu desempenho escolar ao longo do período de 2000 a 2006, utilizando uma metodologia de fluxos e construção de tábuas de escolaridade. Focaremos fundamentalmente os alunos do Currículo Regular da rede pública, opção que decorre da informação disponível e da pequenez de efectivos que condicionam a possibilidade de estudo em separado, tanto da rede privada do Currículo Regular como do Ensino Profissional, neste caso tanto público como privado. Cingimo-nos, assim, no nosso aprofundamento, apenas a um segmento do conjunto da população de nível secundário, ainda que seja o maioritário, como posteriormente veremos. Estes são cursos que, de facto, se prestam a uma análise da escolaridade, se a entendermos como a actividade escolar materializável em indicadores de progressão, reprovação e abandono. Por outro lado, e apesar dos Cursos Tecnológicos estarem predominantemente orientados para o mercado de trabalho, qualquer um dos percursos vocacionais são passíveis de serem absorvidos pelo Ensino Superior, o que nos suscitou algum interesse, no sentido de melhor se perceber os contornos desta base de recrutamento.

Outro aspecto condicionante à nossa abordagem prende-se com a falta de informação relativamente à idade dos alunos para o conjunto dos anos lectivos em análise. Como sabemos, os conceitos de idade e de geração são centrais nos estudos demográficos, definidores do objecto desta disciplina, principalmente se optamos por uma metodologia longitudinal¹.

Este é, assim, um trabalho que se insere no âmbito da Demografia Escolar, cujo objecto é a população escolar, como o próprio nome indica. Se seguirmos a divisão apresentada por Clerc, em 1974², nela encontramos cinco campos de actuação:

- Descrição do estado dos alunos através de diversas variáveis de que se releva a idade e o sexo;
- Estudo dos comportamentos ao nível da escolarização;
- Estudo dos movimentos internos dos alunos: progressão, retenção e abandono;

1 NAZARETH, 2004.

2 Cit. por GUYOT, 1999: 2-3.

- Estudo dos efeitos da escolarização nos acontecimentos demográficos;
- Previsão da população escolar, nomeadamente no que respeita ao seu volume e estrutura.

É relativamente a este último aspecto que encontramos um leque significativo de trabalhos levados a cabo por diversas entidades que se dedicam ao planeamento escolar e definição de políticas públicas no campo do ensino. Sublinha-se, assim, a par do interesse mais teórico, a necessidade prática da Demografia Escolar, bastante desenvolvida por várias entidades, como, por exemplo, a UNESCO ou a OCDE.

Existem dois grandes tipos de previsões escolares que utilizam métodos que podem também ser aplicados a caracterizações do passado e do presente: um centrado nas previsões demográficas e níveis de escolarização, com maior acuidade em estudos de longo prazo e com vantagens nas comparações internacionais; e outro que tem em conta o comportamento dos alunos no interior do sistema educativo, mais adequado a estudos de curto prazo ou relativos a pequenas populações de carácter local ou até estabelecimentos de ensino³.

Como ramo específico da Demografia, a Demografia Escolar serve-se dos métodos existentes na Análise Demográfica, que possibilitam o estudo da dinâmica interna desta sub-população, não só do seu grau de progressão no sistema de ensino, ou seja, do sucesso, insucesso e abandono escolar – conceito de escolaridade –, mas também da frequência – conceito de escolarização. Como esclarece Mário Bandeira:

A escolarização refere-se ao acto formal da matrícula, através do qual a população escolar se renova anualmente. Por escolaridade entender-se-á a actividade escolar propriamente dita, a qual implica a frequência das aulas e avaliação dos desempenhos escolares⁴.

Mas a população escolar e, conseqüentemente, a Demografia Escolar, em especial na perspectiva da escolarização, está intimamente associada à dinâmica demográfica geral do território em que se insere. Não será pois indiferente a caracterização da sua estrutura demográfica e dos acontecimentos que a determinam, ainda que estes sejam menos relevantes quando se trata, como aqui, de um nível de ensino não obrigatório, mais dependente das opções individuais, das mudanças sociais e das políticas sociais, em especial as educativas.

Evolução e breve caracterização da população estudantil do Currículo Regular

Como enquadramento, e numa perspectiva de análise transversal, apresentaremos uma breve indicação genérica da população açoriana nos níveis etários correspondentes ao Secundário, ou seja, entre os 15 e os 19 anos, bem como da população em estudo, durante um período um pouco mais longo, que nos permitirá avaliar algumas das grandes tendências de aumento e diminuição desta população, como da sua base de recrutamento.

No contexto nacional, os Açores apresentam-se como a região mais jovem⁵, não obstante o envelhecimento que se tem vindo paulatinamente a verificar ao longo dos últimos anos, o que não pode deixar de interferir no volume das entradas no sistema educativo.

Conforme se pode observar no Gráfico n.º 1, tendo em conta os grupos funcionais decorrentes da informação censitária de 1981 a 2001, a diminuição é relativamente acentuada entre a população com idades compreendidas entre os 0 e os 14 anos, cuja importância relativa passou de 30,0% para 21,0%,

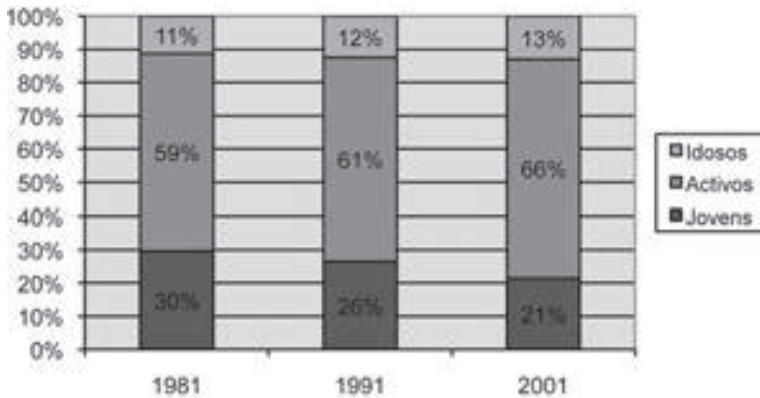
3 LAMY, 2004: 277-278.

4 BANDEIRA, 2007: 517.

5 Existe uma enorme diversidade entre as ilhas no que respeita ao envelhecimento demográfico. Sobre o assunto, cf. obras dos autores, designadamente ROCHA, 1991 e ROCHA *et al*, 2008.

enquanto que os idosos aumentaram de 11,0% para 13,0% nas mesmas datas, dados indiciadores do declínio da mortalidade e, fundamentalmente, da natalidade, que caracterizam o envelhecimento populacional da contemporaneidade⁶. O acréscimo da população em idade activa nos Açores está relacionado com o estancar da emigração ao longo da década de oitenta e a existência de uma imigração que, no entanto, só se acentua nos finais da década de noventa.

Gráfico n.º 1 – Evolução dos grupos funcionais nos Açores, entre 1981 e 2001



Fonte: INE, *Recenseamentos da População*, 1981, 1991 e 2001.

Temos, assim, uma base não negligenciável de população em idade escolar, com repercussões nos níveis etários daqueles que são alunos potenciais do Ensino Secundário. Se atendermos unicamente à população entre os 15 e os 19 anos, que enquadra a grande maioria dos alunos que frequentam este grau de ensino, preponderantemente com idades compreendidas entre os 15 e os 18 anos⁷, constata-se que, de acordo com as projecções do INE de 2005, estes passam de 19 907, em 2000, para 18 304, em 2005, confirmando neste nível etário a diminuição anteriormente referida para os Jovens.

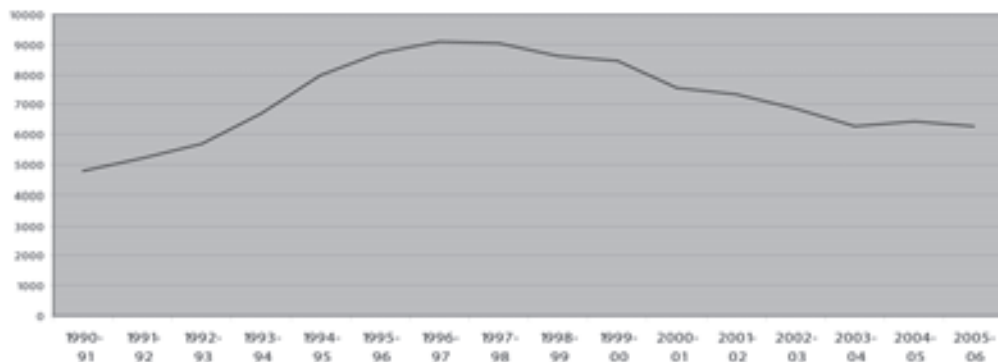
Observando o Gráfico n.º 2, respeitante à evolução do número de alunos matriculados no Currículo Regular⁸ na rede pública, entre os anos lectivos de 1990-91 e 2005-06, verifica-se que os quantitativos oscilam entre os cerca de 5 000 e quase 9 000, com um aumento particularmente significativo em 1993-94 e 1994-95, que posteriormente abranda, para apresentar um declínio atenuado, mas persistente, a partir de 1997-98. Com efeito, os valores da Taxa de Crescimento, apresentados no Gráfico n.º 3, evidenciam bem as diferenças de ritmo registadas nestes quinze anos.

6 NAZARETH, 2009.

7 Tendo em conta a distribuição por idades do conjunto dos alunos do ensino público e privado nos anos lectivos de 1998-99 e 1999-00, que nos foi disponibilizada pela Direcção Regional da Educação (RAA), constata-se que a idade média é de 17,2 anos e que 76% tinham idades compreendidas entre os 15 e os 18 anos.

8 O Ensino Secundário recorrente, sendo bastante mais diminuto, abrange fundamentalmente outros níveis etários e apresenta-se com uma natureza que reputamos distinta, obedecendo a uma outra lógica formativa.

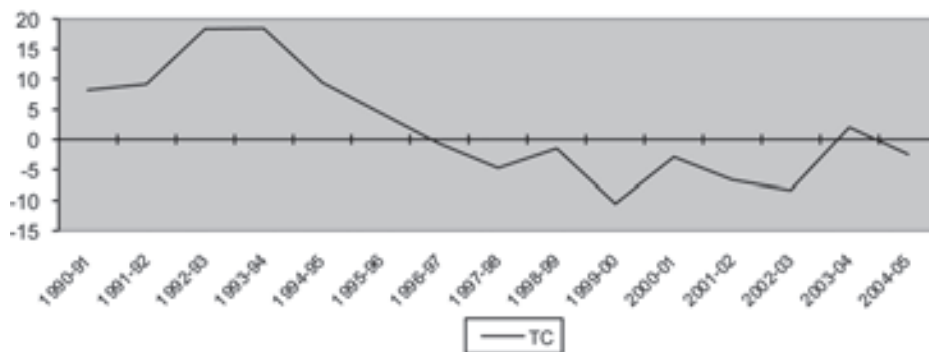
Gráfico n.º 2 – Evolução do número de alunos matriculados na rede pública do Ensino Secundário, entre 1990 e 2006, por anos lectivos



Fonte: Secretaria Regional da Educação e Ciência (RAA).

Se, entre 1990 e 1997, o ritmo de crescimento é positivo, a diferença é acentuada no interior deste período, pois as taxas de crescimento anual são da ordem dos 18,0% em 1993-94 e 1994-95, valores estes distintos dos anos de 1995-96 e, principalmente, 1996-97, quando a taxa é de apenas 4,4%. A partir desta última data, a diminuição é a característica predominante, embora com quantitativos que registam uma relativa oscilação, sendo o valor mais baixo respeitante ao ano lectivo de 2000-01, com uma Taxa de Crescimento negativa da ordem dos 11,0%.

Gráfico n.º 3 – Taxa de Crescimento Anual do número de alunos matriculados na rede pública do Ensino Secundário, entre 1990 e 2006, por anos lectivos

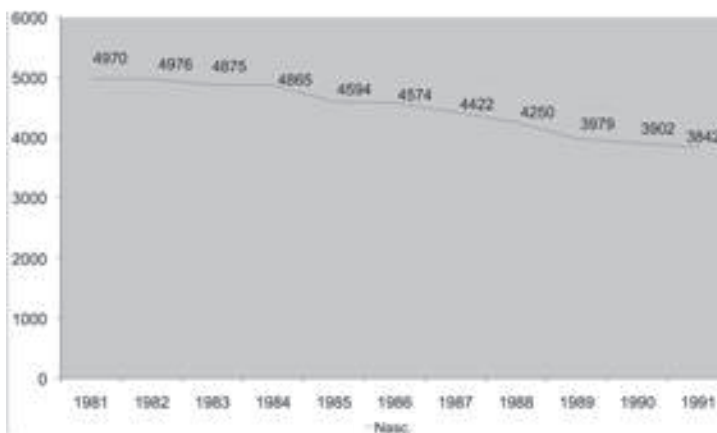


Fonte: Secretaria Regional da Educação e Ciência (RAA) (cálculos dos autores).

Tratando-se de um nível de ensino não obrigatório, não é linear a associação que se possa fazer entre a evolução e a estrutura populacional com a tendência no número de alunos matriculados, que muito naturalmente poderá estar mais intimamente associada a políticas educativas e até a mudanças sociais. Todavia, é possível que o aumento verificado no início da década de noventa possa, de algum modo, estar relacionado com a dinâmica demográfica geral, devido a um aumento da população do arquipélago decorrente do estancar da emigração, como já dissemos, numa época de declínio da mortalidade, designadamente da mortalidade infantil, e de fraco decréscimo da natalidade, que caracteriza os finais dos anos setenta e princípio da década de oitenta. Mas não podemos negligenciar as alterações sociais e do próprio sistema de ensino. Já no que respeita aos últimos anos, pensamos que eles sofrerão influência do declínio da natalidade, que se faz sentir nos Açores, de modo mais acentuado, desde a segunda metade da década de oitenta.

Com efeito, de 1981 para 1991, a TBN nos Açores passa de 21,3‰ para 16,2 ‰ e o ISF de 3,1 para 2,2 filhos por mulher. Em termos absolutos, a evolução do número de nascimentos é a que apresentamos no Gráfico n.º 4, no qual se pode observar que houve uma diminuição dos nascimentos nestes dez anos, com um valor global de menos 1 128 entre as datas limites, situação que pode ter tido reflexos na base de recrutamento dos alunos do Ensino Secundário nos anos que iremos tratar.

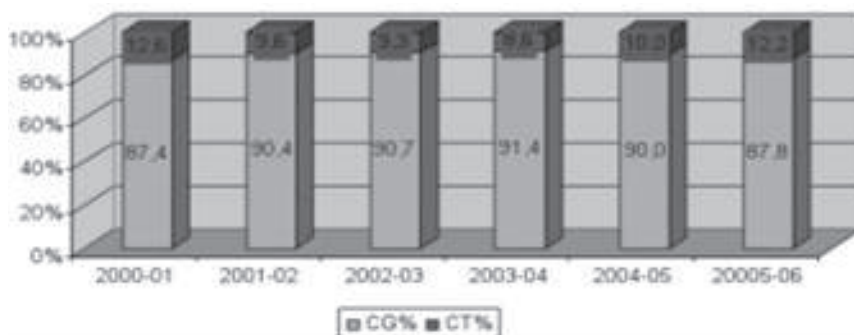
Gráfico n.º 4 – Evolução do número de nascimentos nos Açores, entre 1981 e 1991



Fonte: INE, *Estatísticas Demográficas*, 1981-1991.

Centrando-nos agora mais especificamente no período de 2000 a 2006, numa caracterização genérica da população escolar do Ensino Regular, que compreende os Cursos Gerais (objecto de desenvolvimento da nossa análise) e os Tecnológicos, verifica-se que a grande maioria dos alunos frequenta os primeiros, com valores percentuais da ordem dos 90,0%, contrariamente aos segundos, com as percentagens remanescentes, conforme se pode observar no Gráfico n.º 5. Ainda que respeitante a um número relativamente reduzido de anos, com pouca possibilidade de modificações substanciais na importância relativa de cada um deles, o facto é que não encontramos alterações significativas que nos permitam salientar um acréscimo na procura dos Cursos Tecnológicos nos Açores ao longo deste período.

Gráfico n.º 5 – Alunos dos cursos Geral e Tecnológico matriculados na rede pública do Ensino Secundário, entre os anos lectivos 2000-01 e 2005-06 (%)

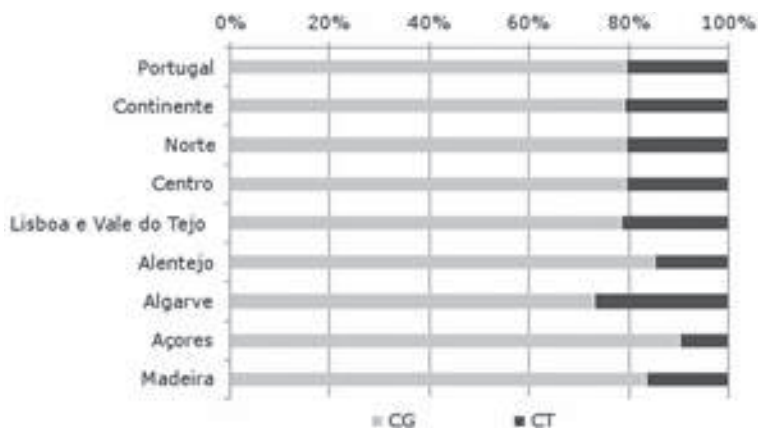


Fonte: Secretaria Regional da Educação e Ciência (RAA) e Ministério da Educação, *Estatísticas da Educação*, 2000-2001 a 2005-2006.

De salientar a excepcionalidade dos Açores no contexto nacional, no que respeita à preferência pelo regime de Curso Geral, o qual regista uma importância muito mais acentuada no conjunto do Currículo Regular do que aquilo que se verifica nas outras grandes regiões do país, como se pode constatar no Gráfico 6, respeitante ao ano lectivo de 2001-02⁹.

Contudo, a menor apetência dos alunos pelos Cursos Tecnológicos da rede pública parece ser, de algum modo, minimizada se considerarmos também as matrículas no Ensino Profissional, neste caso na globalidade do Secundário e já não unicamente na rede pública.

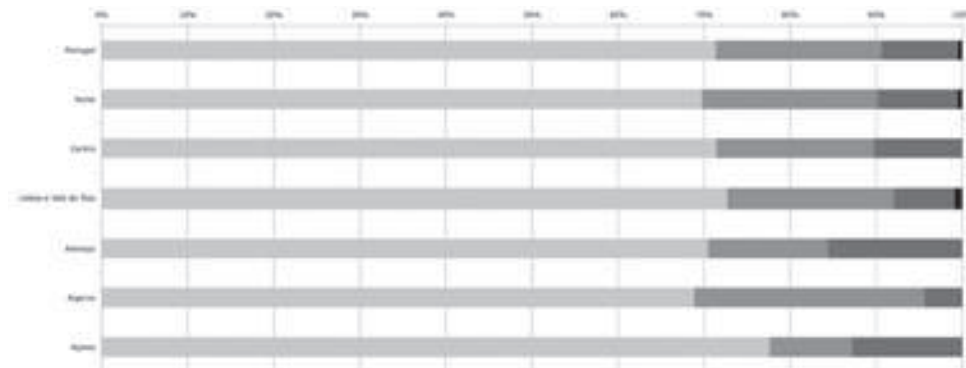
Gráfico n.º 6 – Alunos dos cursos Geral e Tecnológico da rede pública do Ensino Regular, em Portugal, por regiões, em 2001-02 (%)



Fonte: Ministério da Educação, *Estatísticas da Educação*, 2001-2002.

⁹ Dada a pequena variabilidade encontrada nos diversos anos lectivos nos Açores, este ano poderá ser indicativo do que se passa nos restantes anos deste período.

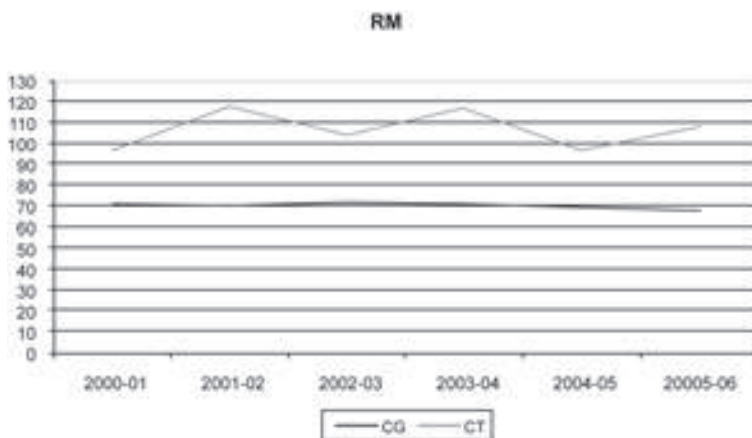
Gráfico n.º 7 – Alunos matriculados no Ensino Secundário, em Portugal, por regiões, no ano lectivo 2000-01 (%)



Fonte: Ministério da Educação, *Estatísticas da Educação*, 2000-2001.

Com efeito, observando o Gráfico n.º 7, na qual se incorpora também o Ensino Profissional e Artístico¹⁰, constata-se a importância dos Cursos Profissionais de Nível III, que, em termos comparativos, registam forte expressividade nos Açores, com 12,8%, valor superior ao verificado para a globalidade do país, com 9,0%, quantitativo que só é ultrapassado pelo Alentejo, que regista uma percentagem de 15,7%. De sublinhar que esta é uma região na qual os Cursos Tecnológicos também não são tão procurados como no resto do país. Poder-se-á deduzir, assim, que o Ensino Profissional parece, de algum modo, colmatar a menor procura dos Cursos Tecnológicos do Currículo Regular, nomeadamente os da rede pública.

Gráfico n.º 8 – Relação de Masculinidade dos alunos matriculados nos cursos Geral e Tecnológico da rede pública, entre 2000 e 2006, por anos lectivos (%)



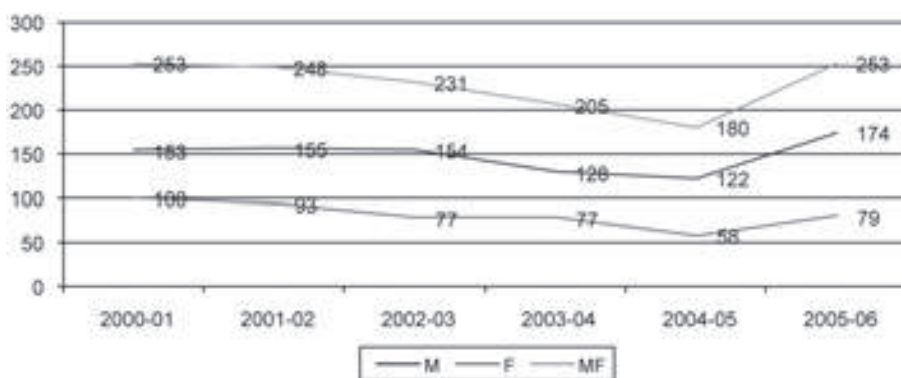
Fonte: Secretaria Regional da Educação e Ciência (RAA) e Ministério da Educação, *Estatísticas da Educação*, 2000-2001 a 2005-2006.

¹⁰ Não é visível na figura em questão o ensino artístico por falta de relevância numérica, existindo unicamente na globalidade do país, região Norte e região de Lisboa e Vale do Tejo, com valores de, respectivamente, 0,5%, 0,6% e 0,8%.

Entre estes dois tipos de cursos, Geral e Tecnológico, a frequência por género apresenta diferenças significativas (Gráfico n.º 8), uma vez que o primeiro é bastante feminizado, com Relações de Masculinidade da ordem dos 70, com variações anuais entre 68 e 72, contrariamente ao que acontece nos Cursos Tecnológicos, com um frequência preponderantemente masculina, registando quantitativos entre os 97 e os 118.

Embora não respeite ao cerne deste trabalho, queremos fazer ainda uma pequena referência à distribuição por género no Ensino Profissional, não obstante a sua importância ser relativamente reduzida, ou seja, da ordem dos 3,0% ou 4,0% do total do Ensino Secundário da rede pública (Gráfico n.º 9).

Gráfico n.º 9 – Evolução do número de alunos matriculados no Ensino Profissional da rede pública, entre 2000 e 2006, por sexo



Fonte: Ministério da Educação, *Estatísticas da Educação*, 2000-2001 a 2005-2006.

Também aqui é mais significativo o peso relativo dos elementos do sexo masculino, com valores sempre superiores aos do sexo feminino, ainda que com uma tendência de evolução similar, ou seja, um decréscimo ligeiro desde o ano lectivo de 2000-01, que se acentua nos anos seguintes, mas que se inverte em 2004-05, registando em 2005-06 um valor idêntico ao do início do período. No entanto, esta realidade é alterada se considerarmos a globalidade deste tipo de ensino, e não unicamente o da rede pública, sendo que, neste caso, a Relação de Masculinidade oscila entre os 75 e os 80. Ou seja, a introdução do ensino privado faz alterar a relação numérica entre os sexos, passando o Ensino Profissional a ter uma repartição similar à dos Cursos Gerais do Currículo Regular.

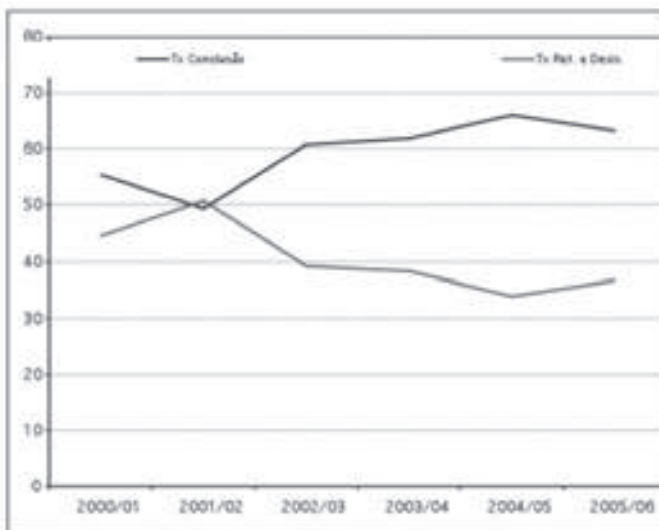
Preponderante no contexto do Ensino Secundário da rede pública nos Açores, os Cursos Gerais do Ensino Regular registam algumas diferenças face aos outros tipos de ensino, quer o Tecnológico quer o Profissional, em especial no que respeita ao seu grau de feminização, o qual é bastante mais acentuado, facto que só encontra paralelo no Ensino Profissional global, aquele que abrange tanto a rede pública como a privada.

Tendências recentes do desempenho escolar no Currículo Regular

No plano do desempenho escolar dos alunos matriculados no Currículo Regular do Ensino Secundário nos Açores, os primeiros seis anos lectivos desta década têm vindo a ser marcados por uma evolução positiva da Taxa de Conclusão no 12.º ano de escolaridade, que é acompanhada por uma tendência de decréscimo dos níveis de retenção e de desistência ao longo de todo o percurso do ciclo de estudos em questão, como se pode verificar através do Gráfico n.º 10. Se, no primeiro caso, a referida taxa conheceu um ritmo de crescimento

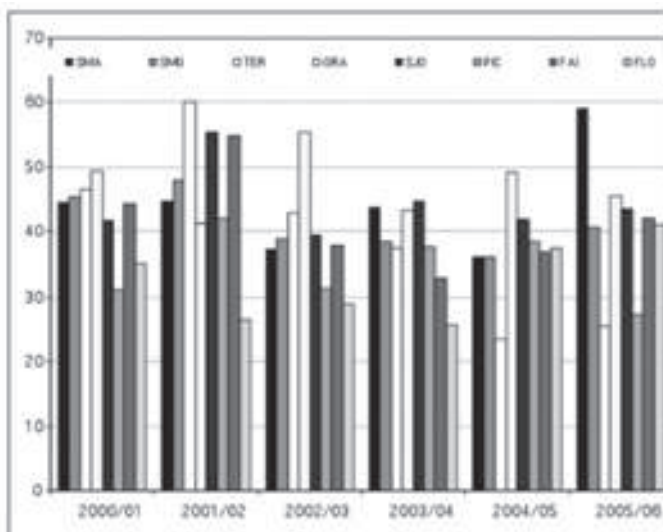
anual médio de cerca de 2,7%, entre os anos lectivos de 2000-01 e 2005-06, já no que diz respeito à percentagem representativa das situações mais evidentes de insucesso escolar, o diferencial que separa os dois extremos desse período, é de menos 7,8 pontos percentuais.

Gráfico n.º 10 – Evolução das taxas de conclusão, de retenção e desistência no Currículo Regular do Ensino Secundário nos Açores, entre os anos lectivos 2000-01 e 2005-06



Fonte: Secretaria Regional da Educação e Ciência (RAA).

Gráfico n.º 11 – Taxa de Retenção e Taxa de Desistência no Ensino Secundário nos Açores, por ilhas, entre os anos lectivos 2000-01 e 2005-06

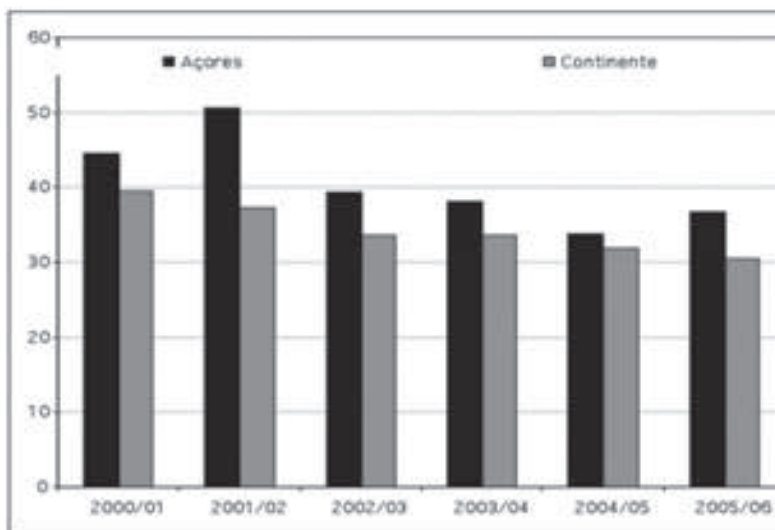


Fonte: Secretaria Regional da Educação e Ciência (RAA).

Dentro da diversidade geográfica e demográfica que tão bem caracteriza os Açores¹¹, encontramos uma distribuição desigual dos níveis de desempenho escolar por ilhas de localização dos estabelecimentos de ensino que ministram o Secundário na Região. Não se podendo falar de um padrão que sugira uma influência directa do grau de desenvolvimento das populações locais ou, se quisermos, das ilhas, no rendimento escolar dos alunos, a verdade é que, pelo menos no plano do insucesso, se verifica uma clara disparidade entre as ilhas (Gráfico n.º 11).

Todavia, quando se compara a realidade regional com aquela que tem vindo a ser notada no território continental, os sinais mais optimistas sugeridos pelo panorama geral tendem a desvanecer-se. O desempenho da população estudantil açoriana, matriculada no Ensino Secundário, não tem conseguido ombrear com o valor médio do conjunto formado pelas cinco regiões do país (Gráfico n.º 12). As diferenças tornam-se particularmente evidentes no impacto que as retenções e os abandonos têm no total de alunos matriculados no nível de ensino em causa, sendo que, ao longo dos seis anos em análise, os Açores têm ocupado, de forma continuada, uma posição de desvantagem relativamente ao Continente, dentro de uma linha evolutiva que não permite que nos refiramos a uma inflexão futura da tendência. Com efeito, apenas entre os anos de 2002-03 e 2004-05, é que os valores que separam as respectivas taxas demonstraram alguma linearidade, indiciadora de uma eventual anulação das diferenças, não sendo este, porém, o retrato retido quando se atende ao período total dos seis anos lectivos, nos quais as oscilações do diferencial são notórias.

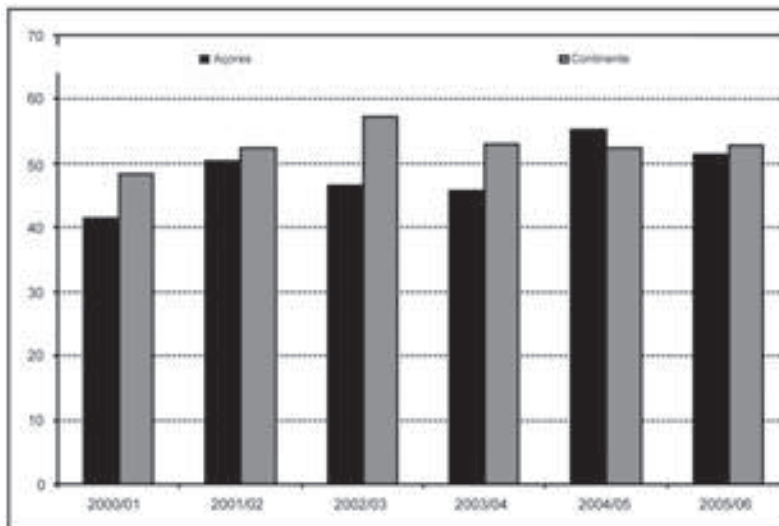
Gráfico n.º 12 – Taxa de Retenção e Taxa de Desistência no Ensino Secundário nos Açores e Continente, entre os anos lectivos 2000-01 e 2005-06



Fonte: Secretaria Regional da Educação e Ciência (RAA) e Ministério da Educação, *Estatísticas da Educação*, 2000-2001 a 2005-2006.

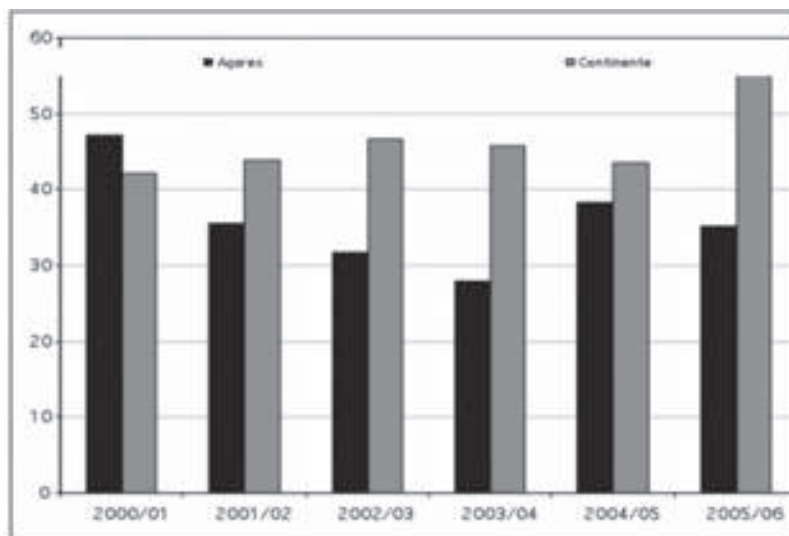
Algo mais ou menos simétrico ao que foi dito atrás ocorre quando se tenta olhar para os elementos distintivos que separam as duas realidades territoriais pela perspectiva dos casos de sucesso escolar, mais concretamente, as situações relativas à conclusão do 12.º ano de escolaridade. Quando filtrada por unidades geográficas do tipo NUTS II, a taxa de diplomados do Ensino Secundário assume, no global do Continente, valores superiores aos revelados nos Açores, muito embora isso se verifique de forma diferenciada nos dois principais cursos que compõem o Currículo Regular. Na verdade, se compararmos, separadamente, isto é, por cursos, o peso relativo dos diplomas fornecidos aos alunos que, durante três ou mais anos, frequentaram o Ensino Secundário, reparamos que existe uma maior paridade entre as duas unidades territoriais no caso dos Cursos Gerais do que no dos Cursos Tecnológicos, situações representadas nos Gráficos números 13 e 14.

Gráfico n.º 13 – Taxa de Conclusão dos Cursos Gerais nos Açores e no Continente, entre os anos lectivos 2000-01 e 2005-06



Fonte: Secretaria Regional da Educação e Ciência (RAA) e Ministério da Educação, *Estatísticas da Educação*, 2000-2001 a 2005-2006.

Gráfico n.º 14 – Taxa de Conclusão dos Cursos Tecnológicos nos Açores e no Continente, entre os anos lectivos 2000-01 e 2005-06



Fonte: Secretaria Regional da Educação e Ciência (RAA) e Ministério da Educação, *Estatísticas da Educação*, 2000-2001 a 2005-2006.

Isto não obsta, obviamente, dizer-se que, quer no Continente quer nos Açores, os valores das Taxas de Conclusão relativas aos Cursos Tecnológicos, ao longo do período analisado, se tenham mantido abaixo dos referentes aos Cursos Gerais. Mas, de novo, é possível assinalar aqui um outro contraste territorial – a existência, no Arquipélago, de uma maior desigualdade entre cursos (Quadro n.º 1).

Quadro n.º 1 – Taxas de Conclusão nos cursos Gerais e Tecnológicos nos Açores e no Continente, entre os anos lectivos 2000-01 e 2005-06

		Açores	Continente
2000-01	C. Gerais	41.5%	48.4%
	C. Tecnológicos	47.1%	42.2%
	Dif. % (CG – CT)	- 5.6	6.2
2001-02	C. Gerais	50.3%	52.5%
	C. Tecnológicos	35.6%	43.9%
	Dif. % (CG – CT)	14.7	8.6
2002-03	C. Gerais	46.5%	57.3%
	C. Tecnológicos	31.8%	46.6%
	Dif. % (CG – CT)	14.7	10.7

2003-04	C. Gerais	45.7%	53.1%
	C. Tecnológicos	27.9%	45.7%
	Dif. % (CG – CT)	17.8	7.4
2004-05	C. Gerais	55.3%	52.4%
	C. Tecnológicos	38.4%	43.5%
	Dif. % (CG – CT)	16.9	8.9
2005-06	C. Gerais	51.4%	52.9%
	C. Tecnológicos	35.2%	56.2%
	Dif. % (CG – CT)	16.2	- 3.3

Fonte: Secretaria Regional da Educação e Ciência (RAA) e Ministério da Educação, *Estatísticas da Educação*, 2000-2001 a 2005-2006.

Este aspecto, intrínseco à realidade açoriana, torna-se sobremaneira patente quando se observa a percentagem de alunos que conseguem terminar o seu percurso no tempo mínimo necessário, isto é, em 3 anos, apresentada no Quadro n.º 2.

Se, no final de 2004-05¹², a Taxa de Diplomados em 3 Anos, relativa aos efectivos matriculados nos Cursos Gerais, apresentava um valor já de si considerado baixo (27,4%), a verdade é que o quantitativo homólogo referente aos efectivos dos Cursos Tecnológicos era apenas de 9,0%, ou seja, menos 18,4 pontos percentuais¹³. Quando aferida no final do ano lectivo seguinte (2005-06), esta diferença subiu para 21,3 pontos percentuais, apesar de ambas as taxas terem conhecido um ligeiro acréscimo quando comparadas com as do ano anterior, com quantitativos de 32,1% e 10,8%, respectivamente. Evidencia-se, deste modo, uma maior propensão para os alunos orientados para o mercado de trabalho alongarem no tempo a sua trajectória escolar, comparativamente àqueles que têm como objectivo principal avançar para o Ensino Superior.

Quadro n.º 2 – Taxa de Diplomados em 3 Anos, nos cursos Geral e Tecnológico nos Açores

	Cursos Gerais			Cursos Tecnológicos		
	N.º de alunos matriculados pela 1.ª vez no 10.º ano	N.º de alunos diplomados em 3 anos	Taxa de diplomados em 3 anos	N.º de alunos matriculados pela 1.ª vez no 10.º ano	N.º de alunos diplomados em 3 anos	Taxa de diplomados em 3 anos
2002/03-2004/05	1802	494	27,4%	167	15	9,0%
2003/04-2005/06	1756	564	32,1%	176	19	10,8%

Fonte: Secretaria Regional de Educação e Ciência (RAA).

12 A informação que, a este nível, se encontra disponível para o contexto regional, apenas existe para dois períodos de 3 anos lectivos, a partir de 2002-03, motivo pelo qual não se torna possível recuar ao início do período de análise aqui considerado (de 2000 a 2006).

13 No cômputo geral do Currículo Regular, a Taxa de Diplomados em 3 Anos foi de 25,9%, para o período entre 2002-03 e 2004-05, e 30,2%, no intervalo entre 2003-04 e 2005-06, o que representa uma variação percentual de 16,6%.

Uma leitura articulada dos principais indicadores de rendimento escolar, por anos de escolaridade, acaba por nos oferecer uma visão mais pormenorizada desta tendência, destacando aqueles que são os pontos que mais afastam – mas também que mais aproximam – os dois percursos aqui considerados (Quadro n.º 3).

No plano das diferenças, e a atestar o que atrás se disse, é possível verificar, desde logo, que o peso relativo das progressões é, de um modo geral, mais elevado nos Cursos Gerais do que nos Cursos Tecnológicos, ocorrendo o inverso relativamente às taxas de retenção. Todavia, o contributo dos abandonos no campo de influência que estes dois acontecimentos têm nos níveis de desempenho escolar, não deixa de poder ser objecto de questionamento. De facto, através de uma leitura por anos de escolaridade, percebe-se que é apenas no 10.º ano que a percentagem das saídas nos Cursos Tecnológicos é superior à verificada nos Cursos Gerais (22,2% e 12,8%, respectivamente), tal não se verificando no 11.º e 12.º anos. Se somarmos a isto o facto de que, quando comparadas as duas modalidades, os níveis de progressão no 11.º ano tenderem a ser semelhantes, torna-se mais claro que a diferença de rendimento escolar que, no plano geral, separa os dois tipos de cursos, tende a não resultar de um fenómeno homogéneo, nem ao longo dos níveis de ensino por que é constituída a trajectória dos alunos (anos de escolaridade) nem nas suas mais directas consequências (progressões, retenções e abandonos).

Relativamente a estes acontecimentos, e também na perspectiva daquilo que mais aproxima os dois tipos de cursos, o Quadro n.º 3 ajuda-nos a perceber a desigual repartição das progressões, das retenções e dos abandonos pelos vários anos de escolaridades.

Quadro n.º 3 – Indicadores de rendimento escolar nos anos lectivos 2003-04 e 2005-06

	Cursos Gerais				Cursos Tecnológicos			
	Prog.	Ret.	Aband.	Transf.	Prog.	Ret.	Aband.	Transf.
10.º ano	65,4%	20,6%	12,8%	1,3%	41,5%	34,1%	22,2%	2,3%
11.º ano	88,7%	6,5%	3,5%	1,3%	85,3%	13,2%	1,5%	-
12.º ano	49,3%	45,5%	4,4%	0,7%	35,8%	60,4%	3,8%	-

Fonte: Secretaria Regional da Educação e Ciência (RAA).

Assim, independentemente de se tratar de Cursos Gerais ou de Cursos Tecnológicos, é possível, desde logo, constatar que a maior incidência das promoções ocorre a meio do ciclo de estudos em questão (isto é, no 11.º ano) e que, curiosamente, se evidencia menos no 12.º ano do que no 10.º ano. Não fosse a clara evidência dos abandonos neste primeiro ano do Secundário, tal tendência acabaria por sugerir que, para os alunos, se torna mais difícil fazer a “saída” do referido ciclo do que a “entrada” no mesmo, com toda a dinâmica de adaptação individual que uma mudança de nível de ensino costuma envolver. Isto mesmo acaba por ser confirmado pelo peso relativo que as retenções assumem no 12.º ano, sendo que, para qualquer uma das duas modalidades, ele ronda o dobro do que se verifica no 10.º ano de escolaridade.

A aplicação dos métodos de análise longitudinal permite chegar a resultados que, para além de corroborarem algumas das tendências atrás salientadas, complementam a informação disponível acerca dos níveis de desempenho escolar que os alunos do Currículo Regular do Ensino Secundário nos Açores têm vindo a evidenciar nos tempos mais recentes.

Para o efeito, tomou-se o conjunto de alunos que ingressaram no 10.º ano de escolaridade no ano lectivo 2001-02¹⁴. A inexistência de informação estatística adequada à aplicação da metodologia em causa para as promoções imediatamente anteriores à referida, não permitiu recuar a análise no tempo, ficando, assim, sacrificada uma certa componente comparativa que a mesma poderia vir a demonstrar. Por outro lado, as limitações estatísticas relativas aos dados referentes ao abandono escolar levam-nos a considerar aqui o abandono como correspondendo a uma saída (temporária ou permanente) do Sistema Educativo da RAA (*abandono escolar + transferências de saída* do sistema). Além disso, refira-se que os alunos que são considerados como repetentes num determinado ano curricular e ano lectivo não coincidem obrigatoriamente com o total de reprovados nesse mesmo ano curricular, mas sim no ano lectivo anterior. Na verdade, dizem respeito aos que se matriculam de novo (pela 2.ª vez) no ano curricular em causa, podendo, inclusivamente, configurar casos de reingresso após saídas temporárias do sistema.

Não obstante estas condicionantes, a reconstituição do percurso escolar dos alunos que entraram para o 10.º ano em 2001-02 permite chegar a algumas medidas indicadoras do desempenho escolar dos alunos matriculados no Currículo Regular do Ensino Secundário nos Açores, não só dentro daquilo que são as suas linhas gerais, mas também no que se refere às diferenças de género que aí existem e que ainda não foram devidamente salientadas. Para o efeito, baseámos a evolução ao longo dos três anos curriculares, nos seguintes pressupostos:

- a) As probabilidades de progressão, reprovação e abandono são as mesmas tanto para os alunos matriculados pela 1.ª vez em cada ano curricular como para os repetentes;
- b) Nenhum aluno poderá permanecer por mais de 4 anos em cada ano escolar, ao fim dos quais o abandono é a única alternativa à progressão.

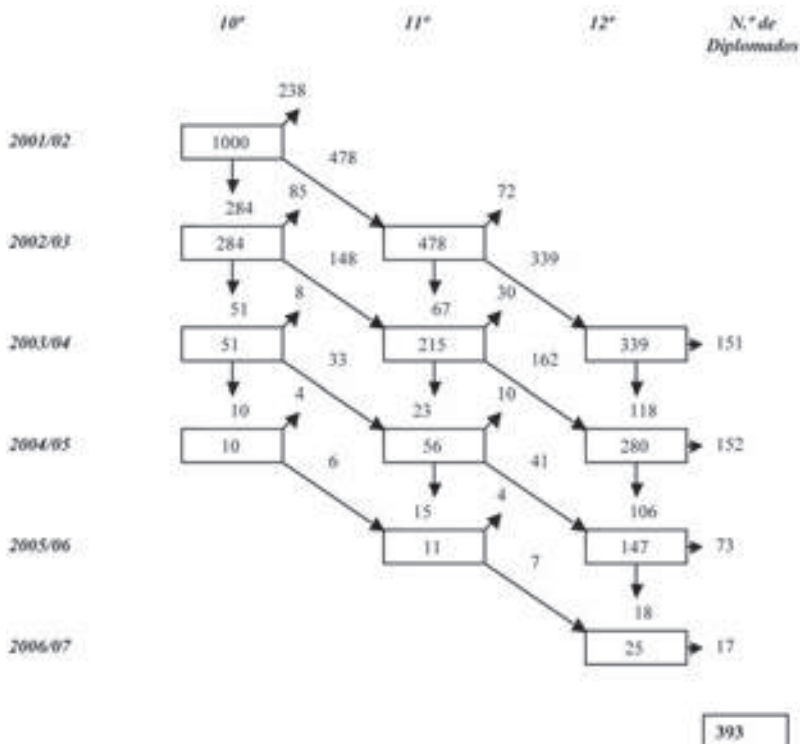
Assim, partindo de um efectivo inicial de 1000 alunos (Homens e Mulheres), a reconstituição do percurso escolar, apresentada no Diagrama n.º 1 e no Quadro n.º 4, aponta para uma Intensidade da Escolaridade de 39,3%, o que significa que apenas cerca de 1/3 é que concluíram o 12.º ano no período de tempo que atravessou os seis anos lectivos (de 2001-02 a 2006-07).

Quando repartido pelo número de anos de escolaridade dispendidos para o fazerem, o quantitativo em questão distribui-se do seguinte modo: 15,1% dos alunos que tiveram sucesso neste ciclo de estudos obtiveram o diploma no tempo mínimo necessário para tal (3 anos); 15,2% precisaram de 4 anos; 7,2% realizaram-no em 5 anos; e 1,7% fizeram um trajecto de 6 anos. Deste conjunto, destaca-se o valor relativo aos diplomados em 3 anos, o qual, se comparado com os seus homólogos já anteriormente referidos, a propósito do Quadro n.º 2¹⁵, é inferior, em cerca de 11 pontos percentuais, ao observado no período entre 2002-03 e 2004-05 (25,9%), e é precisamente metade do respeitante ao intervalo de tempo que medeia os anos lectivos de 2003-04 e 2005-06 (30,2%). Como é óbvio, e porque estão em causa formas de cálculo diferenciadas, desta confrontação de valores não se torna possível aludir, com rigor, a nenhuma tendência evolutiva desta taxa, ao longo do período 2001-02 até 2005-06, ainda que se possa colocar a hipótese do aumento da mesma.

14 Os resultados de desempenho demonstrados apresentarão, necessariamente, uma característica de exclusividade, não podendo ser, por este motivo, objecto de generalização a outras *coortes*, inclusive àquelas com que partilha alguma afinidade temporal.

15 Cf. nota 13.

Diagrama n.º 1 – Evolução da coorte de 2001-02 nos cursos Gerais e Tecnológicos

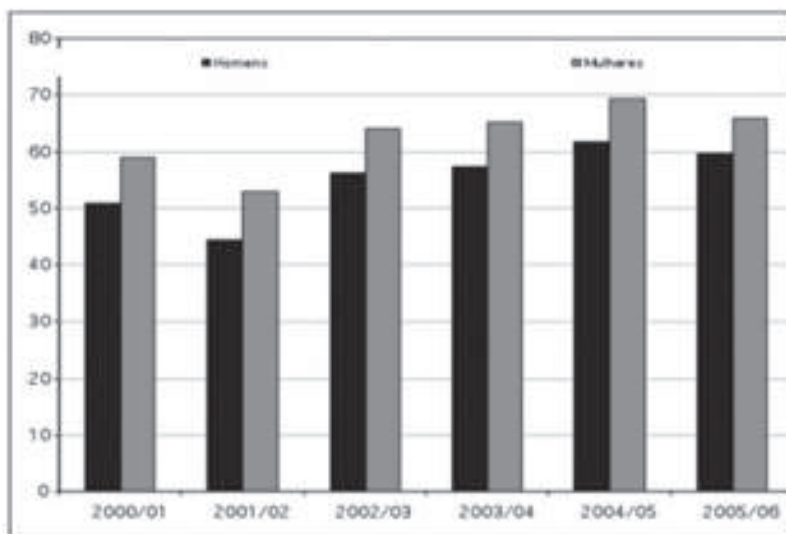


Quadro n.º 4 – Tábua de escolaridade da coorte de 2001-02 nos cursos Gerais e Tecnológicos

Ano curricular <i>a</i>	Escolarizados <i>E_a</i>	Progressões <i>p(a,a+1)</i>	Abandonos <i>Ab(a,a+1)</i>	Probabilidades de progressão <i>Apa+1(‰)</i>	Probabilidades de abandono <i>Aaa+1(‰)</i>
10.º	1000	665	335	665,0	335,0
11.º	665	549	116	825,56	174,44
12.º	549	393	156	715,85	284,15
Diplomados	393				

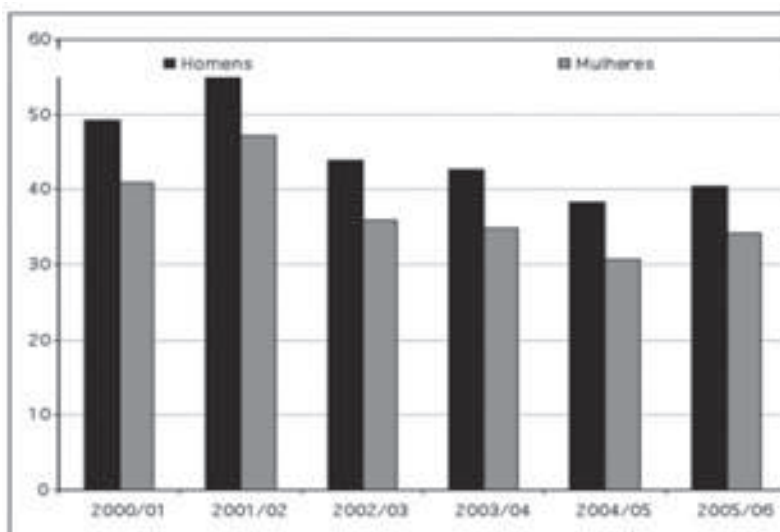
Sendo um dos principais factores que determinam as desigualdades na distribuição dos níveis de desempenho escolar, a condição de género não teve ainda, até a este ponto da análise, a atenção devida. Com efeito, e retomando algumas medidas anteriores, também nos Açores, tal como a nível nacional, continua a ser manifesta a dificuldade experimentada pela população estudantil masculina na concretização do seu percurso escolar e, em concreto, do ciclo de estudos em causa, como se constata nos Gráficos números 15 e 16.

Gráfico n.º 15 – Taxa de Conclusão no Ensino Secundário nos Açores, por sexo, entre os anos lectivos 2000-01 e 2005-06



Fonte: Secretaria Regional da Educação e Ciência (RAA).

Gráfico n.º 16 – Taxa de Retenção e Desistência no Ensino Secundário nos Açores, por sexo, entre os anos lectivos 2000-01 e 2005-06

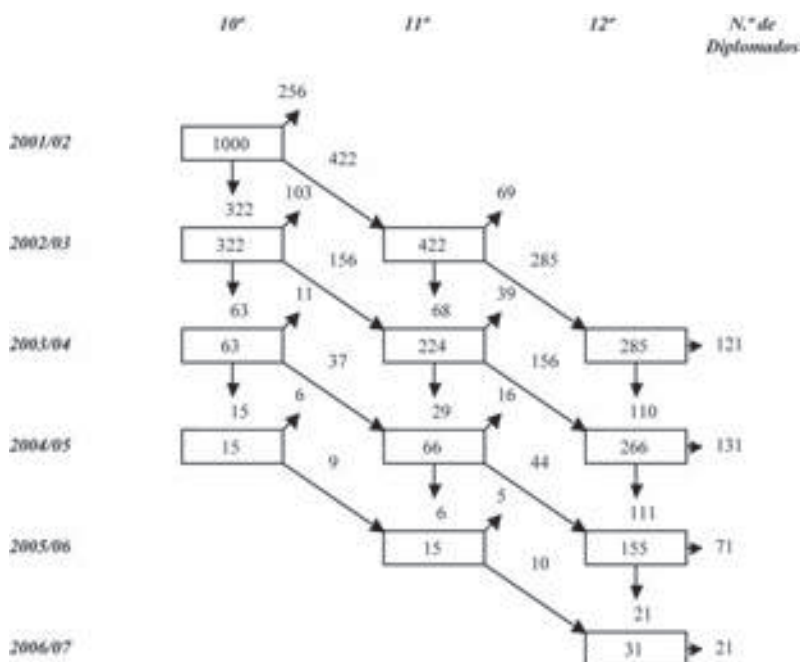


Fonte: Secretaria Regional da Educação e Ciência (RAA).

Tanto ao nível das conclusões como das retenções e desistências, a distância que tem separado homens e mulheres é, em média, de 8 pontos percentuais, ainda que, ao longo dos seis anos em análise, se verifique uma ligeira tendência para a diminuição desse diferencial – 6,3 pontos, em 2005-06, contra 8,2 registados em 2000-01.

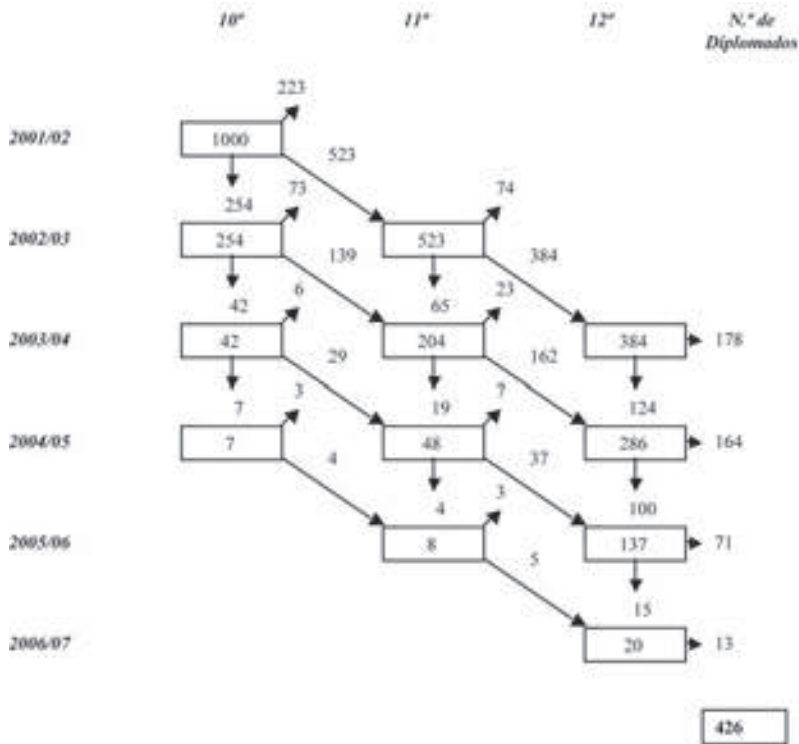
Sendo estes os principais indicadores que normalmente constam nas estatísticas publicadas a respeito dessa diferença de género, é possível, porém, e com recurso à metodologia de fluxos de escolaridade chegar a uma análise mais fina deste aspecto. De forma análoga à anterior, e ainda de acordo com as hipóteses anteriormente definidas, é possível, portanto, observar-se a reconstrução da trajetória escolar de Homens e Mulheres, em separado, através dos Diagramas números 2 e 3.

Diagrama n.º 2 – Evolução da coorte de 2001-02 nos cursos Gerais e Tecnológicos (Homens)



Quadro n.º 5 – Tábua de escolaridade da coorte de 2001-02 nos cursos Gerais e Tecnológicos (Homens)

Ano curricular <i>a</i>	Escolarizados <i>E_a</i>	Progressões <i>p(a, a+1)</i>	Abandonos <i>Ab(a, a+1)</i>	Probabilidades de progressão <i>Ap_{a+1}(‰)</i>	Probabilidades de abandono <i>Aa_{a+1}(‰)</i>
10.º	1000	624	376	624,0	376,0
11.º	624	495	129	793,27	206,73
12.º	495	344	151	694,95	305,05
Diplomados	344				

Diagrama n.º 3 – Evolução da coorte de 2001-02 nos cursos Gerais e Tecnológicos (Mulheres)**Quadro n.º 6 – Tábua de escolaridade da coorte de 2001-02 nos cursos Gerais e Tecnológicos (Mulheres)**

Ano curricular a	Escolarizados E_a	Progressões $p(a, a+1)$	Abandonos $Ab(a, a+1)$	Probabilidades de progressão $Ap_{a+1}(\%)$	Probabilidades de abandono $Aa_{a+1}(\%)$
10.º	1000	695	305	695,0	305,0
11.º	695	588	107	846,04	153,96
12.º	588	426	162	724,49	275,51
Diplomados	426				

As medidas de desempenho escolar (Quadro n.º 7) deduzidas das respectivas Tábuas de Escolaridade (Quadros números 5 e 6) ilustram, claramente, a posição de vantagem que tende a caracterizar os efectivos femininos matriculados no Ensino Secundário nos Açores.

Quadro n.º 7 – Intensidade e calendário da escolaridade dos alunos do ano lectivo 2001-02, por sexo

	HM	H	M
<i>Intensidade da Escolaridade</i>	39,3 %	34,4%	42,6%
Duração do percurso			
3 anos	15,1%	12,1%	17,8%
4 anos	15,2%	13,1%	16,4%
5 anos	7,2%	7,1%	7,1%
6 anos	1,7%	2,1%	1,3%
<i>Intensidade do Abandono</i>	60,7%	65,6%	57,4%
<i>Calendário</i>	2,214 anos	2,119 anos	2,283 anos

Desde logo, observa-se a maior probabilidade de as mulheres concluírem o 12.º ano, comparativamente ao que se passa com os homens, respectivamente 42,6% e 34,4%. Para além disso, e decorrente do facto da percentagem de alunos do sexo feminino diplomados em 3 anos se encontrar quase 6 pontos percentuais acima da referente ao sexo masculino, verifica-se ainda que a probabilidade das mulheres chegarem ao final do Ensino Secundário, quer demorem 3 ou 4 anos (17,8% e 16,4%, respectivamente), é sempre superior ao valor médio obtido para o global dos estudantes matriculados (15,1% e 15,2%, respectivamente).

Tal comportamento acaba por não ser demonstrado pelos homens, para quem os valores homólogos aos anteriores registam quantitativos de 12,1%, no caso dos 3 anos, e 13,1%, no de 4 anos. De resto, assiste-se a uma clara tendência para estes, mais do que as mulheres, alongarem no tempo a sua passagem pelos três anos que compõem o nível de ensino aqui considerado. Daqui se deduz que a diferença de género analisada não se consubstancia apenas numa relação antagónica que opõe rapazes e raparigas em função dos resultados que podem ser medidos através das taxas de progressão, retenção e abandono, mas também através de ritmos diferentes que cada um deles parece apresentar na definição da sua própria trajectória pelo Ensino Secundário.

Considerações finais

Em termos gerais, pode dizer-se que esta breve análise salientou os baixos níveis de desempenho escolar demonstrados pelos alunos matriculados no Currículo Regular do Ensino Secundário nos Açores, ao longo dos primeiros anos deste século.

Ainda que, de forma gradual, tenha vindo a sofrer um incremento, este rendimento continua a mostrar-se inferior aos valores médios evidenciados pela generalidade do país, apresentando, ademais, diferenças significativas quer por género quer por modalidade de ensino. Relativamente a este último ponto, não deixa de ser verdade que o problema do baixo rendimento nos Cursos Tecnológicos – a nível nacional e não apenas

regional – constitui matéria já, de alguns anos a esta parte, incentivadora de estudos e de debate¹⁶. Mas, no caso específico dos Açores, tal tendência assume outras proporções quando se combina o facto de a Região apresentar níveis de retenção e de abandono escolar preocupantes com aquilo que parece falhar num percurso vocacional que, desde a sua génese, foi apresentado como sendo uma alternativa de formação.

No plano metodológico desta análise, refira-se, ainda, algumas das limitações encontradas na aplicação de qualquer um dos tipos de análise (transversal e longitudinal) utilizados na abordagem à escolaridade. Estas dificuldades acabam, sobretudo, por resultar de lacunas estatísticas que teimam em prolongar-se no tempo, e que, a nosso ver, devem ser atendidas e ultrapassadas. Desde logo, a não distinção entre a informação respeitante às retenções e aquela que se refere ao abandono, impede que os baixos níveis de desempenho escolar possam ser objectivados e decompostos em termos das suas principais causas. Além disso, a inexistência de informação relativa às progressões, às retenções e aos abandonos segundo a idade dos alunos, inviabiliza um conhecimento mais apurado sobre a incidência diferenciada que cada um destes acontecimentos apresenta junto de efectivos pertencentes a níveis etários distintos, não obstante, muitas vezes, esses alunos se encontrarem sob condições idênticas (por exemplo, o facto de se encontrarem matriculados no mesmo ano curricular, partilharem entre si o estatuto de “matriculados pela 1.ª vez” ou de “repetentes”, entre outras).

Fontes

INSTITUTO NACIONAL DE ESTATÍSTICA (INE) – *Recenseamento Geral da População*, 1981, 1991, 2001.
 INSTITUTO NACIONAL DE ESTATÍSTICA (INE) – *Estatísticas Demográficas*, 1981-1991.
 MINISTÉRIO DA EDUCAÇÃO – *Estatísticas da Educação*, 2000/2001- 2005/2006.
 SECRETARIA REGIONAL DA EDUCAÇÃO E CIÊNCIA (RAA) – *Estatísticas da Educação*, 1998/1999-2005/2006.
 SECRETARIA REGIONAL DA EDUCAÇÃO E CIÊNCIA (RAA) – *Estudo sobre o Rendimento Escolar no Nível Secundário de Educação* 2002/2003-2004/2005; 2003/2004-2005/2006.

Bibliografia

AZEVEDO, Joaquim, 2003 – *Rendimento escolar nos cursos das Escolas Secundárias e Escolas Profissionais: resultados de uma amostragem*. Vila Nova de Gaia: Fundação Manuel Leão.
 BANDEIRA, Mário, 2007 – “Demografia escolar e análise longitudinal: escolarização e escolaridade de coortes de alunos dos ensinos básico e secundário”. *Análise Social*. Lisboa: ICS. Vol. XLII, n.º 183, p. 515-538.
 LAMY, Marlene, 2004 – “Perspectives scolaires: des perspectives dérivées à l’application de la méthode des flux” in CASELLI, Graziela; VALLIN, Jacques; WUNSCH, Guillaume (orgs.) – *Démographie: analyse et synthèse. Histoire du peuplement et prévision*. Paris: INED, vol. 5, p. 277-284.
 GUYOT, Jean-Luc, 1999 – *L’Analyse statistique des populations scolaires*. Paris: Services des Etudes et de la Statistique/Ministère de la Région Wallone, discussion papers, n.º 9903.
 NAZARETH, J. Manuel, 2004 – *Demografia – a Ciência da População*. Lisboa: Editorial Presença.
 NAZARETH, J. Manuel, 2009 – *Crescer e Envelhecer – constrangimentos e oportunidades do envelhecimento demográfico*. Lisboa: Editorial Presença.
 ROCHA, Gilberta Pavão Nunes, 1991 – *Dinâmica Populacional dos Açores – Unidade. Permanência. Diversidade*. Ponta Delgada: Universidade dos Açores.
 ROCHA, Gilberta Pavão Nunes (coord.), 2008 – *Socializações Alternativas. Crianças e Jovens em Instituições nos Açores*. Ponta Delgada: Centro de Estudos Sociais – Universidade dos Açores.